

As conexões do sionismo com o colonialismo, o fascismo e o racismo

Partindo das ideias de que os israelenses, não os judeus, constituem uma nação a partir do sionismo, este trabalho põe em evidência as estreitas, complexas e não-lineares conexões desse movimento com o colonialismo, o fascismo e o racismo. O sionismo se amparou na “missão civilizadora” do Ocidente, em nome da qual a expansão capitalista encobriu conquistas, pilhagens e genocídio.

Palavras-chave: Nação, Palestina, Terrorismo de Estado, Israel.



The conexions of sionism with colonialism, fascism and racism

Taking off from the idea that Israelis, not Jews, constitute a Zionist nation, this essay shows the strict, complex and nonlinear connections of the Zionist movement to colonialism, fascism and racism. It was supported by the “civilizing mission” of the West in the name of which capitalist expansion obscured conquest, pillage and genocide.

Keywords: Nation, Palestine, State Terrorism, Israel

João Quartim de Moraes: Professor da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

1 OS JUDEUS FORMAM UMA NAÇÃO?

Evocaremos apenas os tópicos mais decisivos do velho e complexo debate em torno do fato nacional judeu.

a) Durante os cinco milênios de história da Palestina (ou terra de Canaã, do nome de seus mais antigos habitantes conhecidos, os cananeus), os judeus só dispuseram, antes de 1948, de um poder político *independente* durante pouco mais de 530 anos, de cerca de -1030, quando Saul tornou-se rei das doze tribos por ele reunidas, até -587, quando a conquista do reino de Judá pelos babilônios provocou a primeira diáspora, e de -143 a -63. À dominação babilônica, sucedeu a persa, que se estendeu até -332, quando Alexandre tomou a terra de Canaã, logo no início da campanha que o levaria à conquista do Império de Dario. Sob a tutela sucessiva de duas das dinastias em que se partilhou o Império Macedônico, a de Ptolomeu, estabelecido no Egito, e a de Seleucos, com base na Síria, muitos judeus fixaram-se nas metrópoles desses novos Estados, notadamente em Alexandria e em Antioquia, onde receberam forte influxo cultural do helenismo.

b) A maioria das colônias judaicas da Ásia Menor e do norte da África permaneceu, entretanto, tenazmente fiel à religião ancestral de Jeová, recusando qualquer assimilação com as populações locais. Mesmo os saduceus, de espírito mais aberto, mantiveram inquebrantável o sentido de identidade religiosa e cultural. A dominação dos Ptolomeus, que se estendeu de -320 a -200, foi mais habilidosa que a dos Selêucidas. Esses dominaram os judeus por meio de perseguições que inspiraram o movimento apocalíptico e encontraram expressão literária no *Livro de Daniel*.

A opressão selêucida, debilitado a leste por guerras sucessivas contra os partas, reacendeu a rebelião que conduziu, em -143 a.C., à independência e à instauração da dinastia nacional de macabeus ou hasmoneus. O fato de que os reis dessa dinastia, salvo o fundador, tinham nomes gregos¹ mostra, entretanto, a permanência da influência helenística. Ela explica a rejeição que os macabeus sofreram por parte dos integristas do judaísmo, em particular a dos mais tarde chamados “essenianos”, que se refugiaram em Khirbet Kumran, em pleno deserto. Também os fariseus opuseram-se a uma monarquia demasiado ligada à cultura grega. Até os helenizados saduceus acabaram por se afastar da dinastia reinante. Essa,

internamente isolada e contestada, tentou, em vão, abrigar-se à sombra dos romanos. Em -63, Pompeu, após conquistar a Síria, pondo fim ao Estado imperial dos selêucidas, tomou Jerusalém, acabando também com o reino macabeu.

c) Durante um século, agitadíssimo em todos os planos, os judeus desfrutaram, à sombra da águia romana, de um estatuto de protetorado. Em -40, o Senado romano designou rei da Judeia Herodes, mais tarde dito o Grande, um árabe² que adotara o judaísmo como religião e a tutela romana como política. Só em -37, entretanto, logrou tomar posse do cargo, devido à obstinada resistência que sua subordinação ao Império suscitava na maioria dos judeus, notadamente nos fariseus e, mais ainda, nos zelotas, também ditos *sicários* pela presteza em se servir do punhal (*sica* em latim) para golpear os ocupantes. Nem o primeiro Herodes nem seus sucessores³ lograram atenuar esta hostilidade, não obstante a preocupação dos romanos em não se inserir nos assuntos internos do judaísmo, como comprova a atitude de Pilatos, “lavando as mãos” perante as acusações de que era alvo um certo Jesus, que escandalizava seus compatriotas judeus por se apresentar como o novo Messias. A luta contra a dominação romana culminou na insurreição desencadeada em 60 e cruelmente esmagada por Tito em 70, quando Jerusalém, com seu templo, foi pilhada e destruída pelos romanos.⁴ Novas rebeliões, em 115-7 e em 132-5, foram igualmente esmagadas.

d) Desde então, os judeus tornaram-se minoria na Palestina, onde prevaleceram os árabes, que em sua maioria tinham aderido ao cristianismo. Província do Império romano, depois do bizantino até o início do século VII, ocupada pelos persas sassânidas de 611 a 627, converteu-se ao Islã em 637, quando os guerreiros de Maomé derrotaram os de Constantinopla. Salvo durante o século em que ela foi dominada pelos cruzados (1099-187) a Palestina permaneceu desde então fundamentalmente árabe e majoritariamente islâmica. Politicamente, entretanto, caiu, em 1517, sob domínio otomano, do qual só se libertou para sofrer a agressão sionista.

e) No Cáucaso setentrional, do Mar Negro ao mar Cáspio e nas planícies do Volga e do Dniepr, entre os séculos VIII e XI, floresceu o Estado dos khazars, povo de etnia turca, cujos soberanos adotaram o judaísmo para reforçar a própria identidade pela diferença religiosa em relação às duas grandes potências dominantes da época, o Califado islâmico e o Império

cristão do oriente. A destruição do Estado khazar pelos mongóis dispersou sua população pela Europa oriental no início do segundo milênio da era atual. Tal é a origem dos chamados “askhenazes”, descendentes dos khazars, portanto, e não dos judeus da Palestina. Por razões ideológicas evidentes, os “askhenazes”, que dominam Israel, tendem a recusar ou dar importância mínima a essa hipótese histórica, sustentada, porém, pelos historiadores não-conformistas.

f) Durante os treze séculos em que permaneceram sob domínio islâmico, cristãos e judeus foram, via de regra, tratados com tolerância. Na Península Ibérica, em particular, ao longo de quase oito séculos de dominação islâmica, os judeus históricos, isto é, os de Sefarad (o termo é hebreu e corresponde ao árabe Al Andalus, denotando a região e seus habitantes de confissão judaica), que lá se tinham fixado após seus antepassados terem sido expulsos da Palestina pelos romanos, viveram em paz e prosperaram. Tanto assim que o mais estupendo florescimento cultural do judaísmo desde a “diáspora”, ocorreu no Califado de Córdoba. De lá partiram teólogos judeus, chamados ao Estado dos khazars para formar rabinos e letrados.

g) Ao longo da história, foram sobretudo os cristãos intolerantes que perseguiram os judeus. As piores perseguições, superadas apenas pelas dos nazistas, ocorreram a partir do século XV na Península Ibérica, onde a “Santa” Inquisição desencadeou uma longa e atroz campanha de erradicação da “fé mosaica”, que lá vinha sendo professada desde o Império Romano. Os sefaradim foram constrangidos a optar entre a conversão forçada e a expulsão sumária. Note-se que também os “mouriscos” foram cruelmente perseguidos pelos reis “muy católicos” de Castela e Aragão, dispostos a implantar a ferro e fogo a religião única em seu império nascente.

h) Fugindo à fúria genocida da Inquisição, os sefardis encontraram refúgio na Holanda, Inglaterra e sobretudo no Império Otomano. Algumas das comunidades que aí se formaram, principalmente a de Salônica (hoje pertencente à Grécia), mantiveram o uso do ladino, dialeto que reflete o estágio do espanhol no final do século XV, quando ocorreu a expulsão em massa dos que se mantiveram fiéis à fé mosaica. Mas a tendência à assimilação linguística foi muito forte: boa parte dos sefardis da Ásia Menor e do norte da África adotou o bilinguismo, falando uma das línguas das

potências dominantes (inglês ou francês) e o turco ou o árabe. Os askhenazes mantiveram sua língua própria, o yiddisch, mas a maioria adotou também o bilinguismo, principalmente o alemão na Europa Central.

i) O judaísmo moderno tem, pois, duas origens étnicas distintas: os sefardis, descendentes dos judeus históricos da Palestina, e os askhenazes, descendentes dos khazars. Ao longo dos séculos seguintes, os judeus espalharam-se pelos quatro cantos do planeta, mas o termo *diáspora* pode induzir a erro: em larga medida, ela incluía-se no vasto movimento migratório, intensificado a partir da segunda metade do século XIX, das classes pobres (camponeses, proletários) de praticamente todas as nações da Europa e da Ásia Menor em direção ao Novo Mundo. Entretanto, boa parte dos askhenazes e dos sefardis permaneceu no solo histórico onde seus antepassados tinham se fixado, respectivamente aqueles na Europa Oriental e Central e estes na África do Norte e Ásia Menor.

j) Em 1895, quando Theodor Herzl publicou *O Estado judeu*, livro básico do movimento sionista, o judaísmo era sobretudo um fato religioso. Cultural e politicamente, era largamente majoritária entre os judeus a tendência à assimilação. A operação política de Herzl consistiu em transformar um fato religioso em projeto estatal a partir do pressuposto ideológico de que havia um fato nacional judeu. Não havia, porém, nem um idioma comum, salvo o velho hebreu dos textos teológicos, língua morta, nem um território comum, nem aspiração geral a fundar um Estado. Haveria, ainda assim, um *povo* judeu? É o que sustenta João Bernardo em recente e notável artigo divulgado na Internet:⁵

Antes de mais, convém distinguir judeus e movimento sionista. Os judeus são um povo, definido por um conjunto de tradições e hábitos culturais em que a religião é uma parte componente, embora não indispensável. O sionismo é um movimento político que se propôs formar uma nação a partir do povo judaico, disperso desde há muitos séculos no seio de outras sociedades; o objetivo do sionismo era separar os judeus das sociedades onde viviam e conduzir uma corrente migratória para a Palestina, acabando por fundar o Estado de Israel (BERNARDO, 2010).

Divergimos dessa avaliação. Os judeus (os de ontem e os de hoje) não são *um* povo, mas, como pensamos ter mostrado, provêm principalmente (descontados grupos minoritários de convertidos) de *dois* povos radicalmente distintos étnica, linguística, geográfica e economicamente. Não

basta um “conjunto de tradições e hábitos culturais” para configurar um povo, salvo num sentido extremamente elástico desse termo. Tanto assim que o projeto de Herzl era extremamente minoritário entre os judeus: até a Segunda Guerra Mundial, como enfatiza o próprio João Bernardo:

A esmagadora maioria dos judeus era composta por assimilacionistas, que, embora defendessem o direito a manter a sua especificidade cultural, defendiam também a sua plena integração nas sociedades onde viviam. Na Alemanha Imperial a grande maioria dos judeus exibia um patriotismo nas raías do chauvinismo, e os judeus austríacos, em vez de se apresentarem como uma das nacionalidades do império, consideravam-se parte integrante da população alemã (BERNARDO, 2010)

Como falar, então, em “povo judeu”? Somente usando o termo num sentido equivalente a “povo cristão”: multiformes comunidades de tradição e costumes (nem todos de religião) judaicos. Geniais filhos do judaísmo (Marx, Freud, Einstein) não se consideravam membros daquele alegado povo. O projeto sionista de forjar um Estado para os judeus pressupunha evidentemente que houvesse uma nacionalidade judia. Na Europa daquela época eram muitas as nacionalidades oprimidas. Parte delas logrou formar Estados nacionais em 1918, após a derrota do Reich e do Império Austro-Húngaro. Mas, como João Bernardo mostrou no mesmo artigo, os judeus, predominantemente “assimilacionistas”, não se consideravam um povo distinto, muito menos uma nação, isto é, um povo com identidade, ou, no léxico hegeliano, um povo para si. Ainda hoje, parcela minoritária, mas importante, dos judeus, não aceita o sionismo nem se considera membro da *nação* israelense.

k) João Bernardo mostra também, desenvolvendo a tese defendida por Hanna Arendt em *Eichmann em Jerusalém*, que as perseguições nazistas contra os “assimilacionistas” contribuíram para o avanço dos sionistas, os quais:

[...] haviam mantido uma atitude passiva perante a ascensão do nazismo, considerando a hostilidade aos judeus tão lógica como a sua própria recusa em se integrarem na sociedade germânica. Para eles a solução do problema consistia na emigração para a Palestina [...]; figuras eminentes do sionismo germânico expressaram publicamente a opinião de que a chegada de Hitler ao poder era proveitosa para os judeus porque comprometia definitivamente os assimilacionistas, obrigava todos os judeus a juntarem-se numa entidade única e reforçava a noção de identidade

racial do judaísmo. [...] Nos primeiros anos, a subida de Hitler ao poder foi vista pelos sionistas principalmente como “a derrota decisiva do assimilacionismo”.⁶ Ilegalizados os ideais de integração, calcula-se que a tiragem do semanário sionista alemão, que oscilava entre os 5 e os 7 mil exemplares, tivesse subido para cerca de 40 mil nos primeiros meses do novo regime, e as coletas de fundos realizadas pelo movimento sionista renderam o triplo em 1935-6 do que haviam rendido em 1931-2.

Sempre se apoiando em fontes fidedignas, de preferência judaicas, para evitar acusações de “antissemitismo”,⁷ o autor mostra ainda que, antes de recorrerem à “solução final” de extermínio dos judeus, os chefes nazistas, ao tempo que sufocavam os judeus (supressão de direitos cívicos e profissionais, mais tarde confinamento em campos de concentração), estimulavam sua fixação na Palestina.⁸ Para tanto, contaram com a colaboração dos chefes sionistas, especialmente os da Palestina, que mandavam regularmente emissários para contatar a SS ou a Gestapo com objetivo de aumentar o fluxo de emigrantes.⁹

I) Não há nação judia, mas há nação israelense. Os askhenazes invadiram a Palestina: não retornaram a ela porque ninguém volta para onde nunca esteve. Eles fundaram um Estado nacional conforme o programa sionista. Israel foi edificado em cima de um fato colonial corporificado na desgraça de cinco gerações de exilados palestinos (descendentes das famílias expulsas de sua própria terra em 1946-8, em 1967 e em vagas menores) que somam mais de quatro milhões de refugiados, dos quais cerca de um milhão na Jordânia, 500 mil na Síria outros tantos no Líbano. A opressão do povo palestino estava na lógica colonial do Estado israelense, que se permite violar todos os princípios da Carta da ONU, porque conta com o apoio irrestrito do imperialismo estadunidense. Hoje, mais do que ontem, essas verdades são reconhecidas pelos que consideram a emancipação humana algo mais do que uma palavra vazia.

2 COLONIALISMO

O projeto sionista de fundar um Estado na terra palestina é intrinsecamente colonial. Nem todos os sionistas foram fascistas, mas todos os seguidores de Theodor Herzl foram colonialistas, em graus e matizes diversos. Herzl atribuiu, com efeito, ao futuro Estado judeu a missão de “fazer

parte de uma muralha defensiva da Europa na Ásia, um posto avançado da civilização contra a barbárie” (LAQUEUR, 1972, p. 95; BROWN, 1983, p. 6). Vale lembrar que a segunda metade do século XIX foi marcada pela partilha territorial da Ásia e da África entre as grandes potências do imperialismo europeu em expansão. Inspirados nessa vaga colonialista, os militantes sionistas decidiram resolver, às custas dos árabes, o problema das perseguições que sofriam no continente europeu, reunindo todos os judeus num único território: a Palestina. A inspiração colonialista desse programa trazia implícito o desígnio de tratar os árabes como os imperialistas cristãos europeus tratavam os “nativos” da periferia colonial: a ferro e fogo. O fato colonial que deu origem a Israel é baseado na força, muitas vezes no uso premeditado do terrorismo de massa.

Provavelmente, desde sua fundação e ao longo da segunda metade do século XIX, o sionismo se beneficiou do apoio dos que viam com bons olhos a colonização das terras “prometidas”. A primeira “alya” (imigração em massa de sionistas para a Palestina), em 1882, foi financiada pelo barão Rothschild (do ramo francês da poderosa família de financistas judeus). Os imigrantes encontraram um ambiente de tolerância cultural e religiosa. Súditos do Império Otomano já em franca decadência, os palestinos eram cerca de meio milhão. Suas diferenças religiosas (havia muçulmanos, cristãos, drusos, judeus) não os impediam de conviver sem maiores confrontos. Por isso, essa primeira vaga migratória não suscitou antagonismos. Eles começaram a surgir com a segunda “alya”, financiada pelo barão Hirsch, sucessor de Rothschild no patrocínio da emigração (que voltou a se acelerar em consequência da repressão czarista após a Revolução Russa de 1905). Os recém-chegados tomaram empregos e terras dos camponeses árabes. Começava a discriminação.

Na década seguinte, durante a primeira grande guerra, o governo inglês, para golpear o Império Otomano, aliado da Alemanha, prometeu a independência aos árabes, que na época, constituíam 92% da população da Palestina, se eles se erguessem contra o jugo turco. Os árabes confiaram na promessa e, cumprindo sua parte no acordo, lutaram de armas na mão contra a dominação otomana. Mas, em 1917, Lord Balfour, ministro do Exterior do Império Britânico, prometeu também ao movimento sionista um “lar nacional” para o povo judeu na Palestina, como consta da carta, datada de 2 de novembro de 1917, que ele enviou a Lorde Rothschild, do ramo inglês da família.

Terá sem dúvida pesado na “Declaração Balfour” (que, obviamente, não expressava apenas uma posição pessoal, mas a do gabinete presidido por Lloyd George), além da influência dos poderosos interesses financeiros judaicos, a colaboração de Chaim Weizmann, um importante militante sionista, que se tornaria o primeiro presidente de Israel (1948-52), com o aparelho de Estado e a máquina bélica britânica. Sua alta competência na pesquisa química (notadamente na síntese da acetona utilizada em muitos explosivos), valeu-lhe, a partir de 1914, estreito contato com o governo da Inglaterra (onde se fixara desde 1906). Pesou muitíssimo, ademais, a capacidade de pressão dos Rothschild e de outros magnatas judeus da alta finança sobre a “City” londrina.

Ao mentir aos árabes para ajudar seus sócios menores sionistas, a Inglaterra ajudou a si própria. Em 1916, enquanto os árabes da Palestina iniciavam o levante contra os turcos, o governo inglês, que lhes tinha prometido independência, assinou com a França o acordo secreto Sykes-Picot, dividindo os países árabes em “zonas de influência”. Os chefes sionistas conseguiram, entretanto, com a Declaração Balfour, ser incluídos, ainda que como papagaios de pirata, nessas trapaças colonialistas do imperialismo anglo-francês.

Terminada a guerra e desmantelado o império dos turcos, as potências imperialistas vitoriosas na guerra de 1914-8 desconsideraram inteiramente as aspirações políticas dos árabes da Síria, do Iraque, da então chamada Transjordânia, da Península Arábica e também da Palestina. De nada serviram os dois memorandos enviados à Conferência de Versalhes (dita “de Paz”, mas tendo contribuído muito, por sua mesquinha moral e suas iniquidades políticas, para criar os fatores determinantes da guerra de 1939-45) por um amplo congresso palestino, reunido em Jerusalém de 29 de janeiro a 10 de fevereiro de 1918, que rejeitou a Declaração Balfour e pediu o reconhecimento da independência. No dia 24 de julho de 1922, a Sociedade das Nações, servindo de cartório de registro da partilha dos territórios coloniais entre a França e a Inglaterra, reconheceu o acordo Sykes-Picot. Atribuiu-se aos franceses o “protetorado” da Síria e do Líbano e, aos ingleses, o da Palestina, Jordânia, Iraque e da atual Arábia Saudita.

Perante a amarga constatação de que o sangue derramado contra os turcos servira apenas para piorar-lhes a situação, já que os ingleses favoreciam a imigração sionista, os palestinos lançaram-se à luta contra

a ocupação britânica, sob forma de protestos pacíficos, mas também de levantes armados. Já então a “questão palestina” inflamava o nacionalismo árabe e mobilizava a solidariedade islâmica. Em 1931, realizou-se em Jerusalém uma conferência à qual compareceram, além dos países árabes, representantes de todas as comunidades muçulmanas importantes, da Nigéria à Iugoslávia, da China às repúblicas soviéticas do Uzbequistão e do Cáucaso, com uma única ausência notável, a da Turquia. Tendo recebido o esperado apoio, a luta do movimento nacional palestino contra o ocupante inglês e sua política pró-sionista atingiu ainda maior intensidade, mesmo porque a imigração judaica vinha se acelerando. Nessa nova vaga, era forte a presença de militantes socialistas, que lançaram a experiência dos “kibbutzim”, cooperativas de trabalho, principalmente agrícolas, cuja imagem progressista valeu simpatias a Israel na esquerda europeia, sempre tentada pelo “argumento civilizatório”. Em maio de 1936, uma greve geral paralisou o país. O governo inglês esforçou-se por ignorá-la. A resposta foi a generalização da resistência armada, que os ocupantes não lograram aniquilar (da repressão participou um jovem militante sionista incorporado às forças policiais auxiliares dos britânicos, que mais tarde ficaria famoso, Moshe Dayan). Em 1939, a resistência árabe obteve enfim dos ingleses o compromisso de limitar a imigração judaica a 75 mil pessoas nos próximos cinco anos e a conceder independência à Palestina no prazo de dez anos. A população judaica, que, no momento da Declaração Balfour, correspondia a 8,3% da população total da Palestina, passara então, em pouco mais de vinte anos, a 33%. Massa crítica mais do que suficiente para desencadear a tragédia que se prolongaria até o século XXI.

É falacioso o lugar-comum da argumentação sionista de que “a consciência nacional palestina é historicamente recente”. Querem com isso sugerir que ela é reflexo negativo da consciência nacional israelense. Falácia cronológica, mas sobretudo político-cultural. O nacionalismo árabe refletiu as contradições do desigual desenvolvimento histórico das diversas sociedades de língua e de cultura árabe, submetidas ao Império Otomano e ao colonialismo europeu. Seu programa histórico pretendia ultrapassar as divisões impostas pela dominação estrangeira, mas, por estar enraizado numa situação colonial, não podia deixar de refletir suas contradições. Embora não tenha inventado os ódios étnicos, o colonialismo moderno, sempre que pôde, incentivou rivalidades e ressentimentos entre tribos, et-

nias, castas e classes sociais. A Inglaterra aplicou com sucesso, em sua expansão comercial e militar, o lema “dividir para reinar”, apoiando-se nos poderes locais tradicionais, manipulando e exacerbando contradições sociais e nacionais e fragmentando os povos sob sua dominação, notadamente os árabes, em pequenos Estados, governados por potentes colaboracionistas.

3 FASCISMO

Consta que o jornalista Boris Casoy, veterano do CCC e da *Folha de S. Paulo*, especializado em intoxicação anticomunista de baixo calão e em exibição de opiniões de fascistoídes (a mais recente foi um insulto aos garis, proferido através da Rede Bandeirantes), ao ser chamado de fascista, retrucou: “Se sou judeu, não posso ser fascista”. Assim, confirmou sua visão racista da política (o fato de ser ou não judeu condiciona a ideologia de alguém) e sua ignorância da história do sionismo, cujos componentes ideológicos principais são o colonialismo, o racismo e o fascismo.

Começemos pelo fascismo. O partido Likud, seus sócios e adeptos extremistas, que governam o Estado sionista, brotaram dos ovos viperinos dos movimentos terroristas israelenses, Irgun e Stern, os quais, por sua vez, se originaram do movimento dito “revisonista”, fundado por Vladimir (Ze’ev) Jabotinsky (que também foi fundador e primeiro comandante do Irgun), cuja efusiva simpatia por Mussolini manteve-se mesmo depois que esse começou a lamber as botas de Hitler.¹⁰ Lembrando essa filiação, Maurício Tragtenberg frisou a importância da inspiração fascista na formação da Irgun explicitamente mediada pela simpatia de Jabotinsky por Mussolini, a quem ele enviou, em 1922, uma “carta entusiasmada” (TRAGTENBERG, 1982):

Begin é fruto de uma formação ideológico-política inerente ao Movimento Revisionista criado por Jabotinsky. Esse movimento adotava a saudação fascista, estilo militar e camisas negras. Um de seus líderes, Aba Haimeir, colaborava no jornal israelense *Doar Hayom* numa seção intitulada “Diário de um fascista”. Este em 1924 envia seu representante, Dr. Mancini, à Palestina para conhecer o Partido Fascista Judeu. O Primeiro Congresso do Movimento Revisionista de Jabotinsky-Begin se realiza em Milão em 1932, tendo como slogan “Ordem Italiana para o Oriente”. Devido ao apoio do Movimento Revisionista à guerra de Mussolini contra a Etiópia, a agência noticiosa fascista *Oriente Moderno* saudava

o Congresso Revisionista realizado em 1935. A partir de 1935, quando se tornou público o universo concentracionário criado por Hitler e seu antissemitismo militante, o Movimento Revisionista prudentemente afasta-se de Mussolini. Isso não o impede de organizar na Palestina bandos de “fura-greves”, criar uma central sindical paralela com o nome de “Histadruth Aleumit” e praticar terrorismo contra organizações operárias na Palestina. São os culpados pelo assassinato do dirigente sindical operário Alrosoroff. Recrutavam seus membros entre a classe média de origem polonesa, em crise e sensível à demagogia fascista. Jabotinsky e Begin eram comandantes do “Irgun” e o mentor político do fascismo era o rabino Bar-Ilan, conforme o historiador Yehuda Baer (*The Arab Revolt*, v. 9, n. 7, set. 1966).

Jabotinsky admirava a fórmula de Max Nordau, parceiro de Theodor Herzl na fundação do sionismo: “estamos indo para a Palestina a fim de estender até o Eufrates as fronteiras morais da Europa”. E pontificava: “Pertencemos à Europa, graças a Deus; nos últimos 2 mil anos ajudamos a construir a civilização europeia”. Dupla injustiça histórica: foi o Califado de Córdoba que assegurou a reconstrução da cultura judaica e foram os mui europeus e católicos Fernando e Isabel que empreenderam, quatro séculos e meio antes de Hitler, a primeira tentativa de aniquilamento dos judeus.

No início dos anos 1930, Jabotinsky abriu na Itália uma escola de formação de quadros. Seu protetor, Benito Mussolini, permitiu-lhe organizar um esquadrão do Betar (juventude do movimento facho-sionista) na Academia de Civita Vecchia, controlada pelos camisas-negras. Estrategicamente, Jabotinsky era um fanático, mas taticamente, um oportunista. Não há declaração formal sua dizendo-se claramente fascista, mas o Duce tinha muito apreço por ele. Em 1935, ele disse para David Prato, que se tornaria rabino chefe de Roma: “Para que o sionismo tenha sucesso, é preciso haver um Estado judeu, com uma bandeira judia e uma linguagem judia. A pessoa que realmente entendeu isso é o vosso fascista, Jabotinsky” (BAR-ZOHAR, 1968, p. 46).¹⁰ Intelectuais sionistas tentam hoje dissimular a opção preferencial de Jabotinsky pelo fascismo. Mesmo um dos mais alentados e bem documentados estudos sobre o sionismo não menciona os vínculos de Jabotinsky com o fascismo no verbete biográfico que lhe é consagrado (BENSOUSSAN, 2002, p.1.042). Esses vínculos são comentados em várias passagens do livro, mas em geral para tirar-lhes importância. Assim, a propósito da radicalização dos sionistas na Palestina (que eles chamavam Yshouv), Bensoussan declara que Jabotinsky, “embora às vezes tentado

pelo romantismo fascista da força viril, não a mitifica, porém. Mas considera seu uso inevitável” (BENSOUSSAN, 2002, p. 809). Após esclarecer que a “questão social é o ‘ponto cego de seu pensamento’, que se resumia em apelar para a ‘justiça social da Bíblia’” (BENSOUSSAN, 2002, p. 852), ele pergunta se Jabotinsky encarna uma “versão judia” do fascismo. Cita uma carta do chefe revisionista a um amigo, datada de outubro 1933, em que ele declara somente aceitar, do “fascismo italiano”, “a recusa da luta de classes, a arbitragem como única solução para resolver os conflitos do trabalho e a subordinação dos interesses de classe aos interesses da nação” (BENSOUSSAN, 2002, p. 853). Esqueceu-se de incluir o culto “viril” da força entre seus pontos comuns com o partido de Mussolini. Em suas afinidades eletivas também figurava sua admiração pelo regime dos coronéis clérico-fascistas da Polônia e pelo levante militar-fascista na Espanha de 1936.

Indulgente com os amigos de Jabotinsky, Bensoussan atribui igual responsabilidade aos trabalhistas e aos revisionistas (que serviram de tropa de choque para dissolver greves) pelos violentos confrontos que os opuseram, durante os anos 1930, na Palestina sob mandato britânico. Esse confronto refletia, em linhas gerais, o enfrentamento em toda a Europa de fascistas e antifascistas. Com a diferença (que Bensoussan não por acaso deixa de lado) de que, entre os sionistas, as posições políticas e de classe permaneceram secundárias face ao objetivo colonial comum, ao passo que o confronto entre comunistas e nazistas se resolveu nos campos de batalha.

Bensoussan não nega, entretanto, que houve uma ala filo-nazista entre os revisionistas, comandada por Abba Ahimeir – aliás, Abba Shaul Geisovich (1898-1962). Nascido na aldeia de Dolgoe, situada na região de Soligorsk (Belarus), emigrou para a Palestina em 1924, escolhendo um novo nome (que significa “irmão de Meir”), em homenagem a um irmão que morrera lutando nas fileiras do Exército Vermelho durante a guerra civil revolucionária, Abba Ahimeir tornou-se conhecido pela coluna “Yomen shel fascisti” (“Diário de um fascista”), que escrevia no jornal revisionista *Hazit Haam*. Fundou uma sociedade secreta, Brit Habiryonim (União dos Terroristas) que cumpriu à risca o projeto indicado no próprio nome. Além de uma sangrenta e implacável campanha antigrevista dirigida contra a central sindical Histadrut, ele participou, ao lado de dois outros revisionistas, em junho de 1933, do assassinato de Haim Arlosoroff, um dos

principais dirigentes da ala trabalhista do sionismo. Foi preso, mas as autoridades britânicas (sob cujo mandato estava a Palestina) o absolveram no ano seguinte por falta de provas. Naquele mesmo ano, declarou em *Hazit Haam* que “nem tudo deve ser rejeitado no nazismo” (BENSOUSSAN, 2002, p. 854). Não insistiremos mais nesse tópico, já exaustivamente elucidado no artigo de João Bernardo.

Não obstante, Ben-Gurion, máximo dirigente do sionismo trabalhista, continuou tentando um acordo com Jabotinsky, para evitar um racha na organização mundial. Mas o Histadrut, cujos militantes sofreram na pele os efeitos da sanha assassina dos revisionistas, rejeitou essa perspectiva. Os revisionistas fundaram, então, a New Zionist Organisation (NZO). Dela sairiam, nos anos e décadas seguintes, os *serial killers* que governam Israel.

A fundação de Israel baseou-se na “limpeza étnica”. A ONU fixara para o dia 15 de maio de 1948 o término do mandato britânico sobre a Palestina. Decididos a conquistar o máximo de terreno para o Estado que pretendiam proclamar, os sionistas, utilizando sua superioridade em armas e apetrechos bélicos, ampliaram a escala de sua ofensiva. Entre dezembro de 1947 e março de 1948, muitas aldeias árabes (Beld Shaikh, Sasa, Karf etc.) foram varridas do mapa pela Haganah, a principal organização armada clandestina sionista, e pelos agrupamentos Stern e Irgun, dois esquadrões da morte especializados nas formas mais sórdidas e covardes de ação terrorista, nos quais os futuros primeiros-ministros Begin e Shamir começaram suas peculiares carreiras militantes. Ultrapassando a Haganah na caça ao árabe, atacaram de surpresa, numa madrugada de abril de 1948, a aldeia de Deir Yassin, cuja população foi bestialmente chacinada. Mulheres grávidas tiveram seus ventres abertos a facadas, 254 palestinos foram massacrados, dezenas de meninas foram estupradas – uma, de seis anos, literalmente rachada ao meio. Essas e outras atrocidades cometidas pelos bandos Stern e Irgun constam de todos os relatos objetivos da chacina de Deir Yassin, o livro *Ô Jerusalém*, escrito pelos jornalistas (ver: LAPIERRE e COLLINS, 1971, pp. 363-9). Os depoimentos dos poucos sobreviventes e os relatórios de policiais ingleses foram reunidos por Sir R. C. Catling, diretor-geral adjunto do Criminal Investigation Department na pasta “secreta e urgente” n. 179/11017/65 (ver: LAPIERRE e COLLINS, 1971, p. 369, nota 1).

Quando Begin, chefe do Irgun, e, nessa qualidade, um hediondo criminoso político (o que não o impediu de ganhar o Prêmio Nobel da Paz), foi recebido, em dezembro de 1948, pelos sionistas de Nova Iorque, membros da comunidade judaica local não-contaminados pelo facho-sionismo lançaram um manifesto em que se dissociavam dos algozes de Deir Yassin:

esta localidade não participou da guerra¹¹ e até recusou-se a servir de base para grupos armados árabes. No dia 9 de abril, os terroristas [dos grupos Stern e Irgun] atacaram esta aldeia tranquila.[...] Massacraram [...] a quase totalidade dos habitantes, deixando alguns vivos para exibí-los como prisioneiros nas ruas de Jerusalém. A maior parte da comunidade judaica ficou horrorizada com este ato. [...] Mas os terroristas, longe de se envergonhar [...] mostraram-se orgulhosos do massacre, convidando todos os correspondentes estrangeiros[...] para ver os cadáveres amontoados [...].

Manifestando sua rejeição a esses métodos abjetos Begin, Ben-Gurion, em carta a seu amigo Haim Ghori, datada de 15 de maio de 1963, assim se expressou: “[Begin...] é um personagem talhado da cabeça à planta dos pés à imagem do modelo hitleriano. Está disposto a eliminar todos os árabes para completar as fronteiras do país. [...]. Considero-o um grande perigo para Israel [...]”. Se chegar ao poder, prossegue Ben-Gurion, colocará “criminosos de sua espécie à frente da polícia e do exército”. E concluiu: “Não duvido que Begin deteste Hitler, mas esse ódio não prova que ele seja diferente de Hitler”.

As piores atrocidades de Hitler, nomeadamente a “solução final” ou holocausto, foram camufladas, embora a escala do extermínio fosse grande demais para passarem despercebidas. Já os genocidas da Irgun não podem ser acusados de hipocrisia. Arrastaram “os poucos sobreviventes (de Deir Yassin) para um desfile, exibindo-os cativos nas ruas de Jerusalém. Enquanto a Agência Judaica desculpava-se por esse massacre fora dos planos, os adeptos de Begin convidavam os correspondentes estrangeiros no país para ver os corpos empilhados em Deir Yassin” (TRAGTENBERG, 1982). Além de escancarar seu ódio aos palestinos, os facho-sionistas, com sua exibição de crueldade, queriam apavorar ainda mais a população árabe da Palestina, fazendo-a tomar o caminho do exílio, abandonando casas e campos aos judeus, que ocuparam Tiberíades no dia 19 de abril, Haifa no dia 22, Jaffa no dia 28 e Saffad no dia 10 de maio. A “missão civi-

lizatória” sionista concretizava-se assim no “repopoamento” de um território previamente esvaziado. Dizer que os sionistas compraram as terras dos árabes é o mesmo que dizer que os europeus compraram as terras dos índios. Os árabes remanescentes, confinados em bolsões de miséria, foram reduzidos à condição de mão de obra superexplorada pelos novos donos do país

4 RACISMO

Os seguidores de Herzl mantiveram-se fiéis ao eurocentrismo sionista. Sua repulsa pelo Oriente estendia-se aos próprios judeus orientais. Ben-Gurion, fundador do Estado de Israel, proclamou não querer “que os israelenses se tornassem árabes” e referiu-se aos judeus orientais como “aparências de gente [...], sem traço de educação, judaica ou humana”. Para ele, era um dever “lutar contra o espírito do Levante, que corrompe indivíduos e sociedades, e preservar os autênticos valores judeus, tais como se cristalizaram na diáspora”. Paradoxalmente, a principal inspiração do sionismo não é a colina de Sião, mas os valores europeus da diáspora. Há nisso um componente masoquista, próprio ao oprimido que se identifica com o opressor. Também Golda Meir recorreu, para explicar a ausência de judeus “orientais” nos círculos dirigentes israelenses e em seu próprio gabinete ministerial, a argumentos semelhantes aos de Ben-Gurion. Explicou que, nos países orientais dos quais se originavam, eles “tinham vivido em cavernas, ignorando o uso de lençóis e toalhas”. Na mesma linha, o ministro da Educação de Israel proclamou em 1969:

Estamos longe de considerar nossa população oriunda de países orientais como uma ponte para nos integrar no mundo da língua árabe. Nosso objetivo é implantar neles o espírito ocidental e não deixá-los arrastar-nos para uma antinatural orientalidade (SAID, 1979, p. 6).¹².

Recorrente no liberalismo e na II Internacional Social-Democrata, a pretensão de justificar o colonialismo em termos de missão (“civilizar” povos atrasados, leia-se “inferiores”) é a forma mais hipócrita e também a mais comum do racismo. Os trabalhistas israelenses incorporaram a fundo este componente colonial-racista da II Internacional. O desprezo é uma perversidade transitiva: os judeus “ocidentais” (estabelecidos na Europa

Ocidental e Central) desprezavam os “orientais” (estabelecidos na Europa do leste); uns e outros desprezavam os judeus da África e da Ásia. E todos desprezavam os árabes.

Os judeus da Europa oriental também eram “ashkenazim”, mas os “ocidentais”, identificados ao sionismo trabalhista, os consideravam menos “civilizados”. Eles reagiram a esse desprezo abrigoando-se no movimento chefiado por Jabotinsky, o qual, não por acaso, recrutou seus adeptos principalmente entre poloneses, bielorrussos e outras etnias eslavas, dispostos a toda forma de “guerra suja” contra os palestinos. Tal é a origem dos mais odiosos movimentos terroristas israelenses, Irgun e Stern, que mais tarde confluíram para o Likud.

Jabotinsky admirava a fórmula de Max Nordau, o segundo mais importante doutrinário do sionismo: “estamos indo para a Palestina a fim de estender até o Eufrates as fronteiras morais da Europa”. E pontificava: “mesmo com o Ismael real nada temos em comum. Pertencemos à Europa, graças a Deus: nos últimos 2 mil anos ajudamos a construir a civilização europeia” (SAID, 1979, p. 7).

Embora judeu da Europa “oriental” (nascera em Minsk, em 1874), Chaim Weizmann partilhava do mesmo desprezo dos “ocidentais” pelos árabes, como fica mais do que patente nestas observações que enviou a seu protetor, Lord Balfour, em 30 de maio de 1918:

Os árabes, que são superficialmente espertos [*clever*] e rápidos na réplica [*quick witted*], têm um culto e um só culto: poder e sucesso [...]. As autoridades britânicas, conhecendo [...] a natureza traidora dos árabes, [...] devem vigiá-los cuidadosa e constantemente. Quanto mais correto [*The fairer*] tenta ser o regime inglês, mais arrogantes se tornam os árabes. [...] O presente estado de coisas tenderia necessariamente em direção da criação de uma Palestina árabe se houvesse um povo árabe na Palestina. Esse resultado não será atingido porque o *fellah* está atrasado no tempo pelo menos quatro séculos e o “effendi”¹³ é desonesto, mal-educado, ganancioso e tão impatriótico quanto ineficiente (SAID, 1979, p. 306).¹⁴

O elogio do “correto regime inglês” (que, com britânica duplicidade, distribuiu a mesma terra a dois povos) seria mera bajulação se não revelasse tantos preconceitos racistas. O critério étnico, intrínseco à nefasta empreitada sionista, presidiu a malfada resolução 181 (II), aprovada pela ONU em 29 de novembro de 1947, que dividiu a Palestina em dois Estados, o árabe, com 11.800 km², e o judeu, com 14.500 km², respectivamente

43% e 57% da área total. Partilha flagrantemente injusta, já que, no território atribuído ao Estado judeu, mais de 50% dos habitantes eram árabes, muçulmanos ou cristãos. Pesou, evidentemente no resultado da votação o desejo dos países europeus de compensar, nas costas dos árabes, os sofrimentos dos judeus, vítimas da fúria antissemita na Alemanha hitleriana. Ao fazer votar a favor da partilha, Stalin cometeu seu único erro estratégico incontestável nos vinte e cinco anos em que esteve à frente do Estado soviético. Mas a decisão final só foi arrancada pela pressão combinada do governo dos Estados Unidos e dos sionistas. No dia 26, véspera da votação, constatando que faltavam quatro votos para obter a maioria de dois terços exigida pelo estatuto da ONU, os sionistas e seus protetores do governo estadunidense saíram à caça dos votantes mais “influenciáveis”. Foram bem sucedidos: compraram ou extorquiram os votos necessários para impor a Partilha e, com ela, a interminável tragédia histórica que os palestinos chamam Nakba.

Um Estado fundado na base de um critério racial se orienta pelo racismo. O maior aliado de Israel, ao lado de seu protetor estadunidense, foi o nefando regime do *apartheid* na África do Sul. Um tanto envergonhada até 1967, a colaboração daquele regime de *apartheid* explícito com o do *apartheid* hipócrita imposto pelos sionistas aos palestinos tornara-se, desde então, franca e aberta, mesmo porque a afinidade entre os dois regimes era fortíssima. Em 1973, o chefe do Bureau of State Security (BOSS), máquina de triturar patriotas africanos, visitou Israel para consolidar a internacional dos torturadores de negros e de árabes. Em abril de 1976, foi o primeiro-ministro sul-africano John Vorster quem visitou o Estado sionista. O contato foi tão caloroso que os governantes de Pretoria e de Tel-Aviv decidiram, para coroá-lo, instituir uma comissão ministerial conjunta, em que ocupavam lugar proeminente os ministros da Defesa das duas partes. Os três tópicos principais dessa profícua colaboração eram o comércio de armas, a tecnologia nuclear e a “contra-insurgência”.

A parceria nuclear entre os dois regimes de *apartheid* consistiu na troca de urânio enriquecido sul-africano por tecnologia nuclear israelense. Em setembro de 1979, uma explosão no Atlântico Sul foi detectada por um satélite estadunidense. Uma força-tarefa naval sul-africana estava manobrando na área. Tanto a CIA quanto o Pentágono reconheceram o caráter nuclear da explosão, embora os porta-vozes de mais alto nível do então

presidente Carter a tenham acobertado (HOWARD, 1983, p. 23). Entretanto, a suspensão, em 1976, da cooperação militar estadunidense com o regime de Pinochet tinha ensejado ao Estado sionista mais uma lucrativa carteira de negócios bélicos.

Principalmente, mas não somente, na África do Sul, os israelenses se apossaram, com cinismo e desfaçatez inigualáveis, daqueles negócios que seus próprios patronos imperiais achavam sujos ou provocativos demais. Foi o que um certo Jacó Meridor, assessor do terrorista Begin, então primeiro-ministro, explicou a um grupo de altos funcionários governamentais reunidos em Jerusalém:

Vamos dizer a eles, aos americanos: vocês não devem competir conosco em Taiwan, [...] na África do Sul, [...] no Caribe ou em quaisquer outros países onde vocês não possam fazer isso [vender armas] diretamente. [...] Deixem-nos fazer isso. Eu até digo a eles: vocês vendem a munição e o equipamento por procuração, por seu procurador. Isso deve ser levado adiante com certa concordância por parte dos Estados Unidos, onde obtivermos certos mercados [...] que serão deixados para nós (HOWARD, 1983, p. 22).

Reagindo contra a parceria infame de Israel com o regime do *apartheid* sul-africano, a Assembleia Geral da ONU aprovou, em 10 de novembro de 1975, a Resolução 3.379, considerando o sionismo uma forma de racismo. O fato de que, posteriormente, aproveitando o recuo das forças anti-imperialistas e socialistas, os Estados Unidos, pela pressão e pelo suborno, tenham induzido a ONU a voltar atrás, não mostra que o sionismo não é racismo, mas apenas que a ONU é moralmente frouxa.

A revolução anti-imperialista iraniana, privando os estadunidenses do Xá Pahlevi, seu principal agente em terras muçulmanas, conferiu decisiva importância ao aliado sionista. “Israel é para nós um trunfo estratégico [*strategic asset*]”, garantiu Ronald Reagan, em sua campanha presidencial de 1980, à American Jewish Press Association. O velho ex-cowboy de Hollywood, que, nos tempos do macartismo, servira de alcaguete de atores colegas seus, vagamente suspeitos de simpatia pelo comunismo, reiterou, durante aquela campanha, o elogio aos militares de Israel, “prontos para combater”, constatando que “se não existisse Israel, com sua força, teríamos de supri-la com nossa própria força”. Na presidência do Império, ele conduziu a um novo patamar o compromisso estadunidense com Isra-

el. Caucionou política e diplomaticamente a referida divisão do “trabalho sujo” em escala planetária, em que Israel assumia “por procuração” as iniciativas sujas demais para serem assumidas diretamente pelos Estados Unidos ultrapassou largamente essas promessas eleitorais. No dia 30 de novembro de 1981, seu secretário da Defesa, Caspar Weinberger, assinou, com o colega israelense Ariel Sharon, um Memorandum of Understanding, estabelecendo a “cooperação estratégica” entre o Império e seu parceiro sionista. Sharon iria logo em seguida comandar a invasão do Líbano, onde incorporaria a seu sinistro currículo um dos mais horripilantes genocídios do século XX, o extermínio das aldeias de Sabra e de Chatila (KAPELIOUK, 2001, p. 23).¹⁵

5 TERRORISMO DE ESTADO E INTOXICAÇÃO MEDIÁTICA

Em dezembro de 1987, a Assembleia aprovou uma resolução contra o terrorismo.¹⁶ Os Estados Unidos e Israel votaram contra – como não gostam de contar os “comunicadores” adestrados para só latir quando, como e contra quem os donos mandam. A resolução não lhes convinha, porque continha um parágrafo ressaltando que ela não questionava o direito dos povos de lutarem contra um regime colonialista ou contra uma ocupação militar. Naquele momento, o regime racista da África do Sul, aliado dos Estados Unidos e parceiro nuclear clandestino de Israel, tentava por todos os meios (principalmente a tortura e o assassinato seletivo) esmagar o Congresso Nacional Africano (CNA), frente clandestina de combate ao *apartheid*. Os países vizinhos que apoiavam a luta do CNA (Namíbia, Angola, Moçambique) foram objeto dos mais bárbaros e covardes ataques, com um saldo de centenas de milhares de mortos e de destruições então avaliadas em US\$ 60 bilhões. Entretanto, para os estadunidenses e sócios, *terrorista* não era o regime do *apartheid*, mas quem lutava contra ele. Assim como na Palestina e no Líbano, *terroristas* eram o Hamas e o Hezbollah e não o Estado sionista, que tortura impunemente militantes palestinos¹⁷ e tem sido governado, a maior parte do tempo, por catedráticos do massacre.

A opinião pública israelense se escandalizou quando Saramago declarou que o que estava ocorrendo na Palestina era “um crime que podemos comparar com o que ocorreu em Auschwitz”. Amos Oz, israelense que

posa de pacifista quando Israel não esteja em guerra, acusou Saramago de “antissemita” e de dar prova de uma “incrível cegueira moral”. A cegueira não está onde ele diz, mas em usar a memória das vítimas do extermínio hitleriano para encobrir o terrorismo de Estado israelense. Confirma-o a comparação entre os raríssimos filmes consagrados aos palestinos, vítimas de um dos mais torpes holocaustos do século e a portentosa produção cinematográfica financiada pelos sionistas, onde só têm valor as lágrimas judias.

Um exemplo, entre tantos outros, mostra como funciona a indústria da mentira imperial-sionista. O aparelho repressivo da China Popular tem mão pesada, mas percorreu o mundo a imagem do jovem dissidente liberal que obrigou uma coluna de blindados a desviar de rota. A máfia mediática sempre o exhibe para impressionar o público com o caráter ditatorial do regime comunista chinês: um jovem arriscando a vida para deter uma coluna de tanques. Comparemos, entretanto, esse episódio com o martírio de Rachel Corrie, jovem militante de The International Solidarity Movement deliberadamente esmagada na Palestina por um buldozer israelense. Uma diferença que só os cegos voluntários não enxergam: os soldados chineses desviaram os tanques para não esmagar aquele que os desafiava; os soldados israelenses, com criminoso covardia, esmagaram uma garota que, com seis outros jovens norte-americanos, formava escudo humano na defesa de um grupo de casas do bairro de Salem, em Rafah, ocupada pelas tropas israelenses, no sul da faixa de Gaza, junto à fronteira com o Egito.

Durante os últimos dois anos, centenas de moradias palestinas tinham sido destruídas em operações de “limpeza” da linha de fronteira com o Egito. No dia 16 de março de 2003, com alto-falante e um cartaz, Rachel tratava de convencer o motorista de um buldozer a não demolir uma das casas. Em vez disso, ele pôs o mastodonte em marcha, esmagando a garota com sua enorme pá. Testemunhas afirmam que, logo depois de a ter derrubado, o homicida deu marcha a ré e arremeteu de novo, esmagando-a.¹⁸ Não houve pedidos de desculpa ou apresentação de condolências aos pais de “Racha”, cuja morte brutal foi simplesmente ignorada pela imprensa a soldo do dólar.

Da nova invasão do Líbano, em 2006, ao cerco e aos bombardeios arrasadores sobre Gaza desencadeados no início de 2009, a escalada terrorista

israelense prosseguiu com a mesma sanha teratológica, mas dessa vez o crime, embora imenso, compensou pouco. Após longa e heroica guerra de guerrilhas contra a ocupação israelense, o Hezbollah expulsou os invasores do território libanês, infringindo-lhes uma derrota frontal. Gaza, submetida a um bloqueio que transformou esse pequeno enclave num vasto campo de concentração, tornou-se mais um intolerável insulto do facho-sionismo a toda a humanidade.

O agravamento da situação palestina se deve ao apoio que o facho-sionismo recebe dos Estados Unidos, empenhados, à frente da OTAN, na recolonização do Médio Oriente. Entretanto, a “grande lição” que João Bernardo tira de seu estudo consiste em que se deve:

[..] fazer a crítica a todos os nacionalismos que, ascendendo com argumentos progressistas, se convertem em imperialismos logo que podem. O sionismo, enquanto via de passagem da perseguição sofrida pelos judeus às agressões praticadas pelo Estado de Israel, mostra que a luta contra a opressão sofrida por um povo deve ser inseparável da luta contra a exploração sofrida pela classe trabalhadora desse povo. O povo palestino tem de se defender da agressão israelita, mas isto não significa que os trabalhadores palestinos não tenham de se defender dos seus patrões, sejam eles israelitas ou árabes, e que as mulheres palestinas não tenham de se defender da opressão masculina, tão imbuída na tradição islâmica. (BERNARDO, 2010).

Essa conclusão nos parece perder o foco da luta dos palestinos. Há, sem dúvida, entre eles patrões exploradores e mulheres oprimidas. Mas em que luta anticolonial do século XX isso não ocorreu? Por definição, uma frente de libertação nacional agrupa patriotas dispostos a se bater contra o ocupante estrangeiro. O combatente que atira em vários alvos ao mesmo tempo é um mau combatente.

Vale lembrar, ademais, que em matéria de emancipação da mulher islâmica ninguém fez tanto quanto a União Soviética, desde sua fundação. A única vez em que as mulheres afegãs puderam andar na rua sem véus foi durante o curto período em que uma frente popular, com participação dos comunistas, assumiu o governo. O apoio do Exército Vermelho não bastou para se defenderem do contra-ataque talebã, abertamente apoiado pela CIA e por Reagan, segundo o qual os talebãs não eram terroristas, mas “guerrilheiros da liberdade”. Graças, pois, ao Ocidente liberal, as mulheres afegãs estão novamente submetidas a uma tenebrosa opressão.

A “grande lição” que tiramos é outra. A Palestina é a linha de frente do combate contra o grande inimigo da emancipação humana, o imperialismo estadunidense e seus sócios. Essa lição não é nova, mas é a mais importante. A tragédia palestina é uma das mais pesadas da humanidade e interpela a todos os que não perderam a capacidade de odiar o odioso.

REFERÊNCIAS

- ARENDRT, Hannah. **Eichmann in Jerusalem. A Report on the Banality of Evil** (ed. rev. e ampl.), Harmondsworth: Penguin, 1994.
- BAR-ZOHAR, Michael. **Ben-Gurion: the armed prophet**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1968.
- BENSOUSSAN, Georges, **Une histoire intellectuelle e politique du sionisme, 1860-1940**. Paris: Fayard, 2002.
- BERNARDO, João. De perseguidos a perseguidores: a lição do sionismo. **Passa Palavra**, 2 jun. 2010.
- BRENNER, Lenni, **Zionism in the age of the dictators**. Londres e Canberra: Croom Helm, 1983.
- BROWN, Kenneth. Iron and a king: the Likud and Oriental jews. **Merip Reports**, n. 114, mai. 1983, p. 6.
- HOWARD, Esther. Israel: the sorcerer’s apprentice. **Merip Reports**, n. 112, fev. 1983.
- KAPELIOUK, Amnon. “Les antécédents du général Sharon”. **Le Monde Diplomatique**, nov. 2001, p. 23.
- LAPIERRE, Dominique e COLLINS, Larry. **Ô Jerusalém** (edição francesa). Paris: La-ffont, 1971.
- LAQUEUR, W. **A history of zionism**. Londres: Weinfeld and Nicolson, 1972.
- SACHAR, Howard M. **A History of Israel. From the Rise of Zionism to our Time**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1976.
- SAID, Edward. **Orientalism**. Nova Iorque: Vintage Books, 1979.
- TRAGTENBERG, Maurício. Menachem Begin visto por Einstein, H. Arendt e N. Goldman. **Folha de S. Paulo**, 21 set. 1982.

NOTAS

¹ Os reis da dinastia dos macabeus foram os seguintes: Simão (-143 a -134); Hyrcanus I (-134 a -105); Aristobulus I (-104); Alexandre Janneus (-103 a -76), Alexandra (-76 a -67); Hyrcanus II (-67) e Aristobulus II (-66 a -63).

² Era filho de Antipater da Idumeia.

³ Herodes, o Grande, morreu em - 4. Seu filho, Herodes Antipas, cuja mãe, Malthace, era uma samaritana, sucedeu-o, também mediante designação do poder imperial romano, mas apenas

com o título de tetrarca da Galileia e da Pereia. Foi ele que, instigado por Herodias, sua segunda mulher, mandou decapitar João Batista. Tendo ido a Roma suplicar a Calígula o título de rei, foi preterido por seu rival Herodes Agripa I (um dos netos de Herodes, o Grande), que obteve do imperador o governo de toda a Palestina. Morreu em 44, mas só em 48 seu filho, Herodes Agripa II, recebeu de Cláudio o governo de Chalcis, com o direito de nomear os altos sacerdotes judeus e de administrar o templo de Jerusalém. O próprio Cláudio e, em seguida, Nero, ampliaram-lhe os territórios, conferindo-lhe o título de rei.

⁴ Herodes Agrippa II tentou moderar com fúria a rebelião sem, contudo, tomar partido pelos romanos. A despeito da queda de Jerusalém, conseguiu manter o reino unido até sua morte, em 100. Foi o último rei da dinastia de Herodes.

⁵ Já havia redigido os tópicos 2, 3 e 4 do presente artigo, quando tomei conhecimento desse importante estudo. A despeito de algumas divergências importantes, considero indispensável sua leitura.

⁶ A expressão é de H. Arendt, referida por João Bernardo.

⁷ João Bernardo apoia-se nomeadamente no diário mantido por Víctor Klemperer, um universitário alemão de origem judaica que denunciou a convergência de interesses entre sionistas e nazistas. Klemperer não poupava sarcasmos a respeito da colonização da Palestina. Em 30 de outubro de 1933, registrou em seu diário simpatia pela revolta dos árabes palestinos, equiparando seu destino aos dos índios americanos. “Em que os sionistas se distinguem dos nazis?”, perguntou em 1936. Dirá, em 1939, que o sionismo é “puro nazismo”. “Não existe qualquer questão judaica na Alemanha ou na Europa Ocidental”, escreveu ele passados poucos dias. “Quem quer que diga o contrário está só a aceitar e reforçar as teses falsas do NSDAP [o partido nazi] e a servir a sua causa”. Klemperer invocou o elevado número de casamentos entre judeus e não-judeus como prova de que os judeus haviam sido inteiramente assimilados pela sociedade alemã e acrescentou que o ambiente de fricções no qual os judeus puderam ver-se envolvidos antes da chegada de Hitler à chancelaria não fora mais grave do que as hostilidades que opunham protestantes e católicos ou prussianos e bávaros. “Existe uma única solução para a questão judaica na Alemanha e na Europa ocidental: a derrota daqueles que a inventaram. [...] A causa sionista, tanto a pura como a religiosa, interessa apenas a fanáticos e não diz respeito à maioria [...]”. “Só podemos resolver a questão judaica se nos libertarmos daqueles que a inventaram”. “Hitler é o mais importante promotor do sionismo [...]”, denunciou ele nos últimos dias de 1941. No ano seguinte, além de ter novamente equiparado os sionistas aos nacionais-socialistas, Klemperer observou a afinidade dos escritos políticos de Theodor Herzl com a doutrina hitleriana.

⁸ Além de H. Arendt (1994, pp. 60-1), João Bernardo remete aqui a L. Brenner (1983, p. 94) e H. M. Sachar (1976, p. 197).

⁹ João Bernardo assinala ainda que os agentes de recrutamento sionistas foram por vezes autorizados a visitar os campos de concentração e a escolher, entre os detidos, aqueles que preferiam expedir para a Palestina, homens de negócios e jovens vigorosos [...]. O aparente empenho dos nacionais-socialistas no êxito dos colonatos judaicos chegou ao ponto de os SS criarem algumas fazendas experimentais, onde os candidatos à emigração aprenderam técnicas agrícolas modernas que lhes permitiram depois cultivar com eficácia e produtividade as terras tomadas aos árabes...

¹⁰ Disponível em: www.marxists.../brenner/ch.10.

¹¹ Como o massacre ocorreu antes da guerra aberta, iniciada em maio de 1948, ao dizer que os habitantes de Deir-Yacine não tinham participado da guerra, a carta aberta se refere à guerra larvada de 1947-8.

¹² Nas notas dessa p. 6., Said refere a bibliografia essencial sobre o tema.

¹³ Termo de origem árabe, existente também em persa e em turco, que designa um indivíduo altamente situado na hierarquia social, equivalente ao “sir” inglês.

¹⁴ O texto é citado e comentado por Edward Said, que remete em nota à fonte original: INGRAM, *Palestine papers, 1917-1922*, pp. 31-2.

¹⁵ Sob o título “Les antécédents du général Sharon”, o jornalista Amnon Kapeliouk traçou, em *Le Monde Diplomatique* (nov. 2001, p. 23, disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/2001/11/KAPELIOUK/15774>), o retrato falado do grande criminoso. “Das incursões mais além da fronteira, nos anos 1950, ao comando da unidade 101, de sinistra reputação, e até sua política como primeiro ministro, seu método não mudou: o uso da força e da destruição, sobre um pano de fundo de desprezo pela vida de seus adversários árabes”. Em outubro 1953, organizou uma de suas mais sinistras expedições punitivas. Em represália a um ataque mortífero de um grupo de palestinos infiltrados em Israel, o Estado-Maior o incumbira de explodir algumas casas na aldeia palestina de Qibya, na Cisjordânia, e de expulsar seus habitantes. O jovem “Arik” Sharon adotou um plano melhor: seus soldados detonaram 600 kg de explosivos em 45 casas, com seus moradores dentro. 69 pessoas, metade mulheres e crianças, morreram nos escombros. Não se trata de um caso isolado: as operações conduzidas por Sharon sempre se soldavam por perdas muito elevadas para o adversário. Às vezes, porém, esse ódio furibundo tornava-se politicamente contraproducente. Em fevereiro de 1955, sua tropa de choque matou 38 soldados egípcios numa emboscada perto de Gaza. Foi o que convenceu o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser a concluir um importante acordo para aquisição de armas do bloco soviético. Em dezembro do mesmo ano, um ataque, sem nenhum motivo ou objetivo particular, contra posições sírias perto do lago de Tiberíade, trouxe um saldo de 56 soldados sírios mortos. Consta que o coronel Moshé Dayan explicou a Ben Gourion, então primeiro ministro israelense, que manifestara certa inquietação com a mão talvez demasiado pesada do grande exterminador: “Arik [...] nunca concluiu uma operação com menos de várias dezenas de mortos nas filas do inimigo”. (Ver: BENZIMAN, Uzi. *Sharon não para no (sinal) vermelho* (em hebreu). Tel-Aviv: Edições Adam, 1985, p. 62 apud KAPELIOUK).

¹⁶ Resumimos nesse parágrafo a argumentação desenvolvida por Noam Chomski, em conferência no Massachusetts Institute of Technology de Boston (MIT), no dia 18 de outubro de 2001. Erguendo-se contra a histeria antiárabe que tomou conta dos Estados Unidos após o mega-atacado de Nova Iorque no mês anterior, Chomski denunciou a manipulação do termo *terrorismo* pela indústria midiática imperialista, que dele se serve quase exclusivamente para referir-se a árabes e islâmicos.

¹⁷ Sobre o caráter sistemático da tortura de palestinos em Israel, ver: SCHMEMMAN, Serge. “ONU exige que Israel pare com tortura”. *The New York Times*, reproduzido em *O Estado de S. Paulo*, 13 mai. 1997.

¹⁸ Estão registradas imagens fotográficas que mostram Rachel diante da escavadora, protegendo com o próprio corpo a frágil parede da casa sobre a qual está enorme pá do “buldozer” e, em seguida, no chão, esvaindo-se em sangue.
